

DISCURSO

**DESEMBARGADOR SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE -
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS
GERAIS**

**INSTALAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS, DE
EXECUÇÕES FISCAIS, DE ACIDENTES DO TRABALHO
E DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS DA
COMARCA DE CURVELO**

**3 de abril de 2009 – 17 horas – Fórum Newton Gabriel
Diniz**

A sociedade clama por Justiça ágil. Nós, magistrados e servidores, buscamos alternativas para atender às reivindicações. Trabalhamos com afinco e, muitas vezes, em jornadas que se estendem até altas horas da noite, nos feriados e finais de semana.

A produtividade aumenta – as estatísticas comprovam esse fato. No ano de 1994, cada juiz julgou, mensalmente, uma média de 47 processos. Em 2008, esse número subiu para 160, o que representa o julgamento de mais de cinco processos em cada um dos trinta dias do mês.

Se esses são os dados, por que não se obtém o pronto-atendimento às demandas?

Há várias explicações. Primeiro, a ampliação da estrutura judiciária não ocorre no mesmo ritmo do aumento da quantidade de processos. Depois, porque existe um número infindável de recursos de toda espécie, que retarda a decisão final no caso concreto. Outro motivo está relacionado à necessidade de mudança da cultura, adquirida anos a fio, para que os trâmites sejam mais ágeis.

Tudo poderia ser diferente se houvesse mais acatamento às decisões dos juízes de primeiro grau, que conhecem, de perto, a realidade dos fatos. Os recursos deveriam ser raros para os Tribunais Estaduais e muito mais raros, para os Tribunais Superiores em Brasília. Representaria o verdadeiro respeito à Federação, exatamente como ocorre em outros países, como nos Estados Unidos.

Mas, enquanto as grandes transformações não chegam, a alternativa é empreender os esforços possíveis, sempre tendo em vista a melhoria dos serviços prestados aos jurisdicionados.

É exatamente esse o motivo que nos traz hoje a esta Comarca. A instalação da Vara de Execuções Penais, de Execuções Fiscais, de Acidentes do Trabalho e de Cartas Precatórias Criminais de Curvelo demonstra o empenho do Tribunal em dotar a Primeira Instância de melhores condições de atendimento.

Um dos critérios para instalação de mais uma vara judicial na comarca é a movimentação processual. Aqui, são distribuídos, mensalmente, mais de mil e duzentos processos na Justiça Comum e nos Juizados Especiais; são julgados quase novecentos processos e o acervo é de mais de trinta mil ações, segundo as estatísticas do ano de 2008.

São também critérios para instalação de varas judiciais a existência de espaço físico e de quadro de servidores para atender às necessidades do serviço.

É preciso, pois, encontrar alternativas para agilizar os serviços, além daquelas que exijam recursos orçamentários. A Administração do Tribunal está aberta às inovações, a práticas e ideias que possam representar mais celeridade dos julgamentos.

Conciliar é uma saída que representa agilidade, além de harmonizar as partes em conflito. Por isso, deve-se buscar o acordo sempre que possível.

A composição amigável significa uma mudança de cultura tanto do Judiciário como da própria sociedade. Por isso, é importante aderir ao Movimento Nacional pela Conciliação, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça. Preciso abrir parênteses e parabenizar Curvelo, que apresentou o melhor resultado, entre as comarcas de Segunda Entrância, na 2ª Semana pela Conciliação.

Outra grande aliada da melhoria da prestação jurisdicional é a informática. Investir em tecnologia é necessário, para agilizar e racionalizar os nossos serviços, bem como reduzir despesas.

A tendência do Judiciário de Minas e do Brasil é, hoje, adotar modernas técnicas de gestão, com planejamento estratégico, definição de objetivos e metas a serem cumpridas.

O Judiciário de Minas já possui meta de julgamento de processos da Segunda Instância em 90 dias e da Primeira Instância, dentro do prazo de três anos, com prioridade para os processos mais antigos, ajuizados até o ano de 2005.

Antes mesmo que o Conselho Nacional de Justiça anunciasse as metas nacionais, o que ocorreu em fevereiro deste ano, a Justiça de Minas Gerais já possuía seu planejamento. O grande desafio, agora, é encontrar as saídas para cumprir o que foi traçado, a exigir criatividade e muito esforço.

Meus cumprimentos aos operadores do direito, representantes do Executivo, Legislativo, autoridades e, especialmente, a esta Comunidade.

Por fim, deixo o meu abraço carinhoso e votos de sucesso a toda a Equipe da Comarca de Curvelo, sob a liderança da Diretora do Foro, Juíza Andréia Márcia Marinho de Oliveira.

Que os desafios nos tornem mais fortes e entusiasmados, com a importante missão que temos às mãos, de fazer justiça e trazer a paz social.

Muito obrigado a todos.